



Departamento de Administração Geral
Divisão de Logística e Gestão Patrimonial
Gabinete de Aprovisionamento

Programa do Procedimento

Aluguer operacional de 39 (trinta e nove) veículos ligeiros de mercadorias

Concurso Público n.º 15/CP/CMM/2025

Parte I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Identificação e Objeto do Procedimento

1. Concurso Público ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de aluguer operacional de 39 (trinta e nove) veículos ligeiros de mercadorias, de acordo com as características definidas no Caderno de Encargos.
3. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 98390000-3 Outros serviços, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Moita, com sede no edifício dos Paços do Concelho, na Praça da República, 2860-007 Moita. Contactos: tel. 21 280 67 00, Fax: 21 289 03 25 e endereço de correio eletrónico: gab.aprovisionamento@cm-moita.pt

Cláusula 3.ª

Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal, através da Deliberação de Câmara n.º ~~159~~XIII/2025, aprovada em Reunião de Câmara de ~~29~~05/2025.
2. Tendo escolhido o Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, do CCP, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, deste diploma e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 131.º e seguintes, do mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimentos e Retificações de Erros e Omissões

Os pedidos de esclarecimentos necessários de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas, bem como as listas contendo os erros e as omissões das peças do concurso, devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica “AcinGov”, através do endereço <https://www.acingov.pt> utilizada pela CMM, até às 23h:59m do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 5.ª

Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

- 1 - O órgão com competência para prestar esclarecimentos no âmbito do artigo 50.º do Código dos Contratos Público é o Júri do procedimento designado nos termos do artigo 67.º, do CCP, nomeado para o efeito e com competências delegadas pela Câmara Municipal, através da proposta referida no n.º 1 da cláusula 3.ª, que deu origem ao presente procedimento.
- 2 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados, por escrito, pelo Júri, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 6.ª

Acesso às Peças do Procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
3. Para terem acesso à plataforma, os interessados/concorrentes deverão efetuar o login no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
4. Em caso de dúvida contacte a linha de apoio técnico da “acinGov”, através do número de telefone 707451451, que funciona das 09h00 às 18h00, em dias úteis e o seguinte endereço de email: apoio@acingov.pt.

Parte II

Propostas e Avaliação

Cláusula 7.ª

Modo de Apresentação das Propostas

1. A apresentação da proposta deverá ser realizada de forma eletrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Data-limite de entrega: até às 23H59m, do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
 - b) Prazo validade das propostas: 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
3. Em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma deverá contactar o Serviço de Apoio ao Cliente indicado no n.º 4 da cláusula 6.ª deste Programa.
4. A proposta e os documentos que a compõem devem ser assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.
5. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de representação do interessado deve submeter à plataforma um documento eletrónico oficial comprovativo do seu poder de representação.

Cláusula 8.ª

Documentos que integram a Proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta ao Município da Moita a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta do concorrente deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, e que constitui o Anexo I, ao presente programa de procedimentos;
 - b) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento.
 - c) Além do documento referido na alínea anterior, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução deve apresentar uma proposta de preço que deverá referir obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - Preços unitários por lote, nomeadamente o valor da renda e o valor do seguro;
 - Valor por km quer a acrescentar, quer para o custo a deduzir (não percorrido), relativamente aos contratados, os mesmos deverão ser iguais, sem aplicação de qualquer tolerância, sem inclusão do IVA e com a indicação da taxa legal aplicável;
 - Preço global por lote, sem inclusão do IVA e com a indicação da taxa legal aplicável;

- d) Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
3. A declaração referida na alínea a) do n.º 2 bem como a restante documentação devem ser assinados pelo concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar.
 4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada ou processada informaticamente
 5. Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
 6. O valor, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos e por extenso, sendo que, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o indicado em algarismos.
 7. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas que poderão ser redigidos em língua inglesa ou outra, contudo estes devem ser acompanhados da respetiva tradução.
 8. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor.
 9. A não apresentação de todos os documentos exigidos nesta cláusula, nas condições expressas implica a exclusão da proposta.
 10. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 9.ª

Critério de Adjudicação e Critério de Desempate

1. A adjudicação das propostas será feita segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. No caso de o empate é definido como 1.º critério de desempate o concorrente ser detentor de certificação PME.
3. No caso de o empate ainda persistir, é definido como 2.º critério de desempate, o sorteio entre as propostas empatadas.
 - 4.1 O sorteio será efetuado após convocatória aos concorrentes empatados, via plataforma eletrónica com a indicação respetivamente do local, data e hora da realização, a determinar pelo júri do procedimento.
 - 4.2 O sorteio será realizado na presença do júri e dos representantes dos concorrentes empatados.
 - 4.3 No final do sorteio será lavrada a respetiva ata, que será assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.

Parte III

Habilitação e Caução

Cláusula 10.ª

Documentos de Habilitação

1. Ao adjudicatário ser-lhe-á solicitado os seguintes documentos de habilitação:
 - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este programa de procedimentos;
 - 1.2. Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (Certificado emitido pela entidade competente);
 - 1.3. Documento comprovativo de submissão de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - 1.4. Documento de início de atividade ou declaração finanças ou cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à "Certidão Permanente" da sociedade, no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.
 - 1.5. Indicação do número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal de quem outorga o contrato, devendo os mencionados documentos serem exibidos no momento da outorga.
 - 1.6. Indicação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, o qual devera indicar o nome e os contactos: email e telefone.
 - 1.7. No caso de o preço global proposto na proposta adjudicada determinar a sujeição do contrato a celebrar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve ainda apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos previstos no n.º 9, do artigo 81.º, do CCP.
2. O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação será de **5 dias úteis** após notificação da adjudicação.
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º será de **5 dias úteis**.
5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
7. A não apresentação dos documentos de habilitação, por motivo que seja imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro

de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cláusula 11.ª

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar caução no valor de 5% do montante total do Contrato, com exclusão do IVA, se o presente procedimento exceder 500.000,00 €.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação prevista no n.º 2, do Artigo 77.º, devendo comprovar a sua prestação no dia imediatamente subsequente.
3. A caução deverá ser efetuada de acordo com o modelo constante dos anexos III ou IV do CCP.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário, nos termos do n.º 9 do Artigo 90.º do CCP.
5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do Artigo 91.º do CCP.
6. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.
7. No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o número 1 da presente cláusula.

Parte IV

Celebração do Contrato

Cláusula 12.ª

Celebração de Contrato Escrito

O contrato cujo valor seja superior ao previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95.º, do CCP, será reduzido a escrito, sendo os respetivos encargos suportados pelo adjudicatário.

Parte V

Disposições Finais

Cláusula 13.ª

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do Código dos Contratos Públicos, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 14.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Concurso, bem como no Caderno de Encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão mais recente e respetiva legislação regulamentar, o Código de Procedimento Administrativo e em demais legislação aplicável.

Anexos

ANEXO I

Documento Europeu de Contratação Pública
(disponibilizado em ficheiro autónomo)

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),... (data)

[assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.º (s) 6, 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]